

Sarney faz apelo para aprovação de seu projeto de cotas para os negros

Proposta está parada há 2 anos na Comissão de Constituição e Justiça

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O senador José Sarney (PMDB-AP) fez ontem um apelo aos colegas para que aprovelem imediatamente seu projeto que cria um sistema de cotas para os negros nas universidades, em concursos públicos dos três poderes e nos contratos de financiamento para estudantes de nível superior. Pelo projeto, seriam reservadas pelo menos 20% das vagas para os negros.

Na sua opinião, a educação representa a ferramenta mais poderosa para integrar segmentos populacionais à sociedade.

— Não é por acaso que o brasileiro branco estuda em média oito anos e quatro meses, enquanto o negro apenas seis anos e um mês — disse.

Senadores atendem de imediato ao apelo

O apelo de Sarney surtiu efeito imediato. Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) colocou-se à disposição para ajudá-lo na aprovação do projeto, que está parado há dois anos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Heloísa Helena (PT-AL), se a sociedade trata de forma mais dura os negros, a legislação efetivamente precisa compensar essa desvantagem.

José Fogaça (PMDB-RS) disse que o caminho para uma melhor distribuição de renda no Brasil passa pela integração dos negros.

Sarney afirmou que a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso para que a delegação brasileira na III Conferência Internacional contra o Racismo defenda um sistema de cotas para negros, como meio de inseri-los na sociedade, põe o assunto em discussão.

Oito em cada dez pobres no Brasil são negros ou pardos

A conferência acontecerá na África do Sul entre 31 de agosto e 7 de setembro. Embora o Brasil seja considerado uma democracia racial, na medida em que não existe uma segregação, Sarney lembrou que os números são claros: oito em cada dez pobres no Brasil são negros ou pardos.

Sarney ressaltou que o Bra-

sil é o segundo país negro do mundo, atrás da Nigéria. A despeito disso, lembrou que os negros têm uma parcela mínima de decisão, destacando o número reduzido de parlamentares negros e o fato de que o Exército passou a ter o primeiro general negro recentemente.

— Só uma participação ativa, de ações afirmativas por parte da sociedade e do Estado, poderá dar início à conquista de igualdade de oportunidades para brancos e negros — defendeu.

Cota pode ser interpretada como discriminação

Sarney destacou que o maior empecilho para a tramitação do projeto na comissão é justamente o temor de que o sistema de cota possa ser inconstitucional por ser discriminatório.

— Não aceito esse argumento, porque já temos na legislação proteção para deficientes, idosos, microempresários e outros. É chegada a hora de termos uma atitude positiva em relação aos negros, depois de séculos de escravidão e de injustiça — disse. ■